

Foto: freepik empresários estratégia



2022

RESULTADO DO TESOURO ESTADUAL

3º QUADRIMESTRE



Tesouro
Estadual ES

GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria da Fazenda





SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

Marcelo Martins Altoé

SUBSECRETÁRIO DO TESOUREO ESTADUAL

Bruno Pires Dias

GERENTE DE POLÍTICA FISCAL E DA DÍVIDA PÚBLICA DO ESTADO

Marco Antonio Rocha Lima Guilherme

SUBGERENTE DE POLÍTICA FISCAL

Ighor David Dias

EQUIPE DE ELABORAÇÃO

Amílcar José Carvalho

Ellen Botelho Martins

Rudisom Rodrigues de Paula

ÍNDICE

1. CAPAG - CAPACIDADE DE PAGAMENTO
2. PAF - PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E AJUSTE FISCAL
3. LDO - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
4. REGRA DE OURO
5. ENDIVIDAMENTO
6. RESULTADOS FISCAIS
7. LIMITES LEGAIS: PESSOAL E APLICAÇÕES MÍNIMAS
8. FUNDO SOBERANO
9. CARTEIRA DE PPP'S E FUNDOS GARANTIDORES
10. EMPRESAS ESTATAIS: BANESTES

ANEXO:

1. DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA CONTRATUAL



Foto: freepik contabilidade



Foto: freepik pessoas dando as mãos

1- CAPAG

A finalidade da CAPAG *é subsidiar a concessão de aval ou garantia da União em operação de crédito de interesse dos entes federados*. O ente que possuir CAPAG "A" ou "B" é elegível à contratação de garantias da União em seus financiamentos.

O Ministério da Economia publicou a Portaria nº 501/2017, que define a nova metodologia para a análise da capacidade de pagamento (CAPAG) de Estados, Distrito Federal e Municípios.

Os indicadores econômico-financeiros, com base nos quais a CAPAG é calculada, são: O Indicador I (Endividamento) é calculado pela relação entre dívida consolidada bruta e receita corrente líquida. O Indicador II (Poupança Corrente) é definido pela relação entre despesa corrente e receita corrente ajustada. Por fim, o Indicador III (Liquidez) é calculado pela relação entre obrigações financeiras e disponibilidade de caixa bruta.

A cada indicador econômico-financeiro será atribuída uma letra (A, B ou C), que representará a classificação parcial do ente naquele indicador. A nota A é obtida quando as relações nos Indicadores I, II e III forem <60%, <85% e <100%, respectivamente. A classificação final da capacidade de pagamento será determinada a partir da combinação das classificações parciais dos três indicadores.



Foto: freepik apertar mão



O Espírito Santo, conforme os dados publicados pela Sefaz/ES, cumpriu os limites para alcançar a **NOTA A** em 2022. A ratificação desses dados será divulgada pela Secretaria do Tesouro Nacional. (STN).

Indicadores da Capag

(R\$ em milhões)

Endividamento	2020	2021	2022	Relação	Nota
Dívida Consolidada	7.410	7.396	7.269	34,22%	A
Receita Corrente Líquida Ajustada	15.667	18.870	21.242		
Poupança Corrente	2020	2021	2022	Relação	Nota
Despesa Corrente	16.800	19.533	21.918	80,56%	A
Receita Corrente Ajustada	19.850	23.974	27.965		
Liquidez	2020	2021	2022	Relação	Nota
Obrigações Financeiras	65	82	203	7,24%	A
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.015	2.624	2.812		

OBS: O indicador de liquidez só é publicado no 3º quadrimestre.

2- PAF

O PAF - Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal apresenta metas e compromissos anuais, considerando a evolução das finanças estaduais, os indicadores macroeconômicos para o período e a política fiscal adotada firmados. Estes procedimentos deverão ser observados enquanto perdurar o contrato de refinanciamento.

As metas do Programa são:

1. Dívida Consolidada/Receita Corrente Líquida;
2. Resultado Primário;
3. Despesa com Pessoal/ Receita Corrente Líquida;
4. Arrecadação Própria;
5. Gestão Pública e
6. Disponibilidade de Caixa Bruta.

O cumprimento das metas ou compromissos do Programa também visa manter a classificação da capacidade de pagamento do Estado, tornando elegíveis as operações de crédito de seu interesse à concessão de garantias da União.



Foto: freepik assinando documento

O descumprimento das metas e compromissos fiscais, definidos no PAF, implicará a imputação, sem prejuízo das demais cominações pactuadas nos contratos de refinanciamento, a título de amortização extraordinária exigida juntamente com a prestação devida, **de valor correspondente a vinte centésimos por cento de um doze avos da Receita Corrente Líquida – RCL**, correspondente ao exercício imediatamente anterior ao de referência, **por meta não cumprida**.

No caso de cumprimento integral das metas 1 e 2, não se aplica a penalidade prevista no item acima, e o Estado será considerado adimplente para todos os demais efeitos.

Meta	2022 Valor Apurado	Sentido da Meta	Meta	Cumprimento
Meta 1 - Endividamento (%)	34,22	<=	39,84	SIM
Meta 2 - Resultado Primário (R\$ milhões)	551	>=	-905	SIM

3- LDO

O objetivo da apuração dos resultados primário e nominal é verificar o cumprimento das metas fiscais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de forma a garantir o equilíbrio das contas públicas.

O resultado primário pode ser entendido como o esforço fiscal direcionado à diminuição do estoque da dívida pública. Já o resultado nominal representa a variação da DCL em dado período e pode ser obtido a partir do resultado primário por meio da soma da conta de juros (juros ativos menos juros passivos).

R\$ mil

Discriminação do Resultado	Meta	2022 Realizado
RECEITA PRIMÁRIA (1)	15.673.869	21.305.033
DESPESA PRIMÁRIA (2)	16.818.203	20.754.299
RESULTADO PRIMÁRIO (3) = (1) - (2)	-1.144.334	550.734
JUROS E ENCARGOS ATIVOS (4)	1.058.444	1.092.803
JUROS E ENCARGOS PASSIVOS (5)	374.101	524.880
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (6) = (3) + (4) - (5)	-459.991	1.118.656

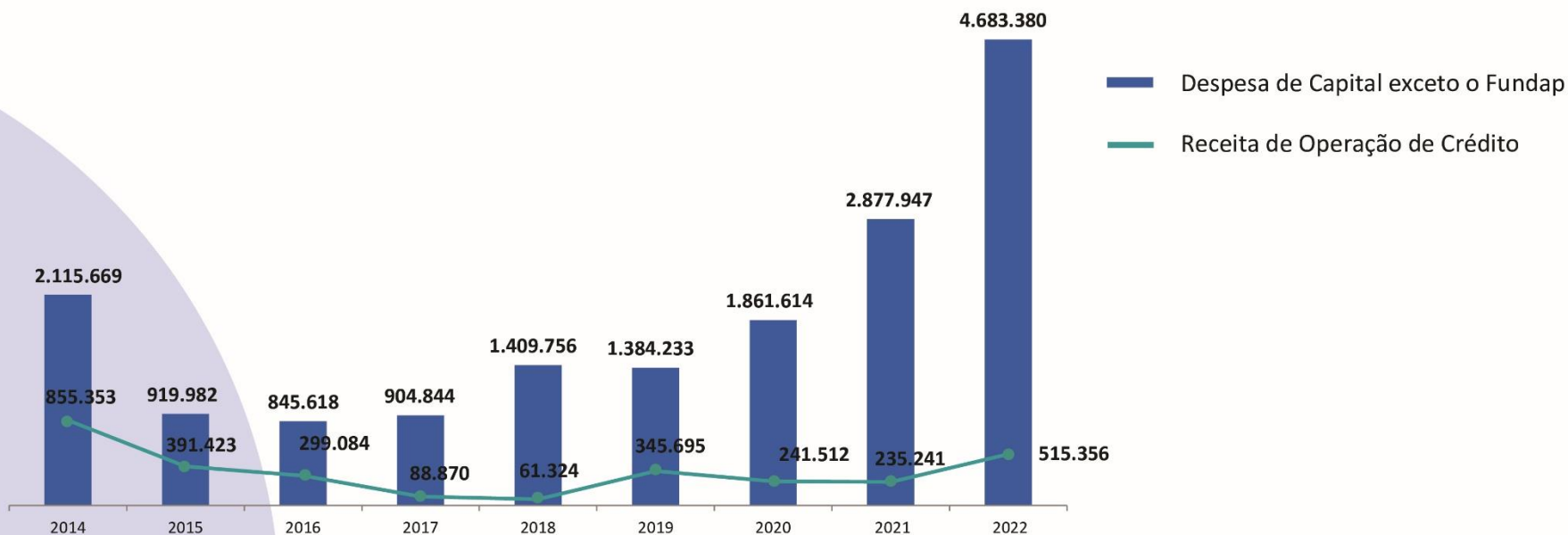
Fonte: SEFAZ

4- REGRA DE OURO

A Constituição Federal de 1988, no art. 167, inciso III, estabelece que as realizações de operações de crédito não podem exceder as despesas de capital, ressalvadas as provenientes de créditos adicionais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta. Esse procedimento, conhecido como **“regra de ouro”**, objetiva inibir, em uma análise global, que haja aumento de endividamento para financiar despesa corrente.

Evolução das despesas de capital (exceto o Fundap) e das receitas de operação de crédito no ES

(em R\$ 1.000)



Fonte: SEFAZ

5- ENDIVIDAMENTO

5.1. DC/RCL

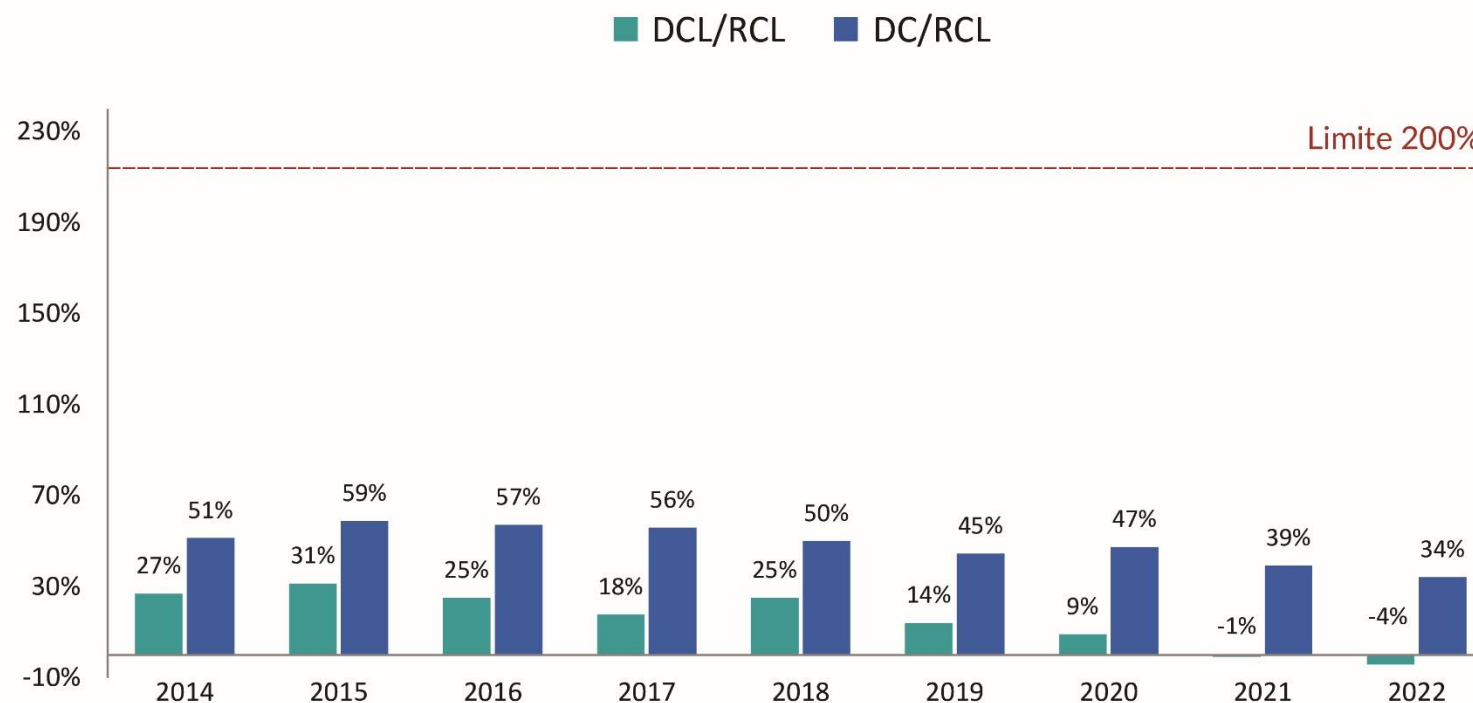
Este parâmetro do Limite de Endividamento do Estado refere-se ao percentual alcançado com a Dívida Consolidada sobre a Receita Corrente Líquida, que é o montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do Estado assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses.

5.2. DCL/RCL

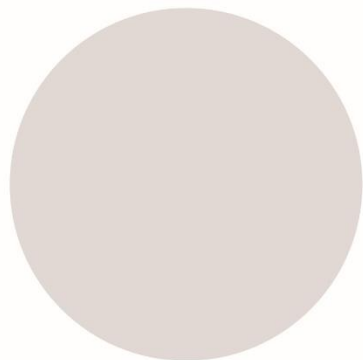
A Resolução do Senado Federal nº 40/2001 estabelece uma medida de relação máxima da Dívida Consolidada Líquida (DCL) sobre a Receita Corrente Líquida (RCL) de 200%.



O gráfico demonstra o histórico da relação DCL/RCL do Espírito Santo entre os anos de 2014 até 2022, bem como a relação entre DC/RCL.



Fonte: SEFAZ



A Resolução do Senado Federal nº 40/2001 estabeleceu uma medida de relação máxima da Dívida Consolidada Líquida (DCL) sobre a Receita Corrente Líquida (RCL) de 200%.

5.3. JUROS MÉDIOS PONDERADOS

Média				
2018	2019	2020	2021	2022
5,02%	4,88%	4,16%	4,40%	5,39%

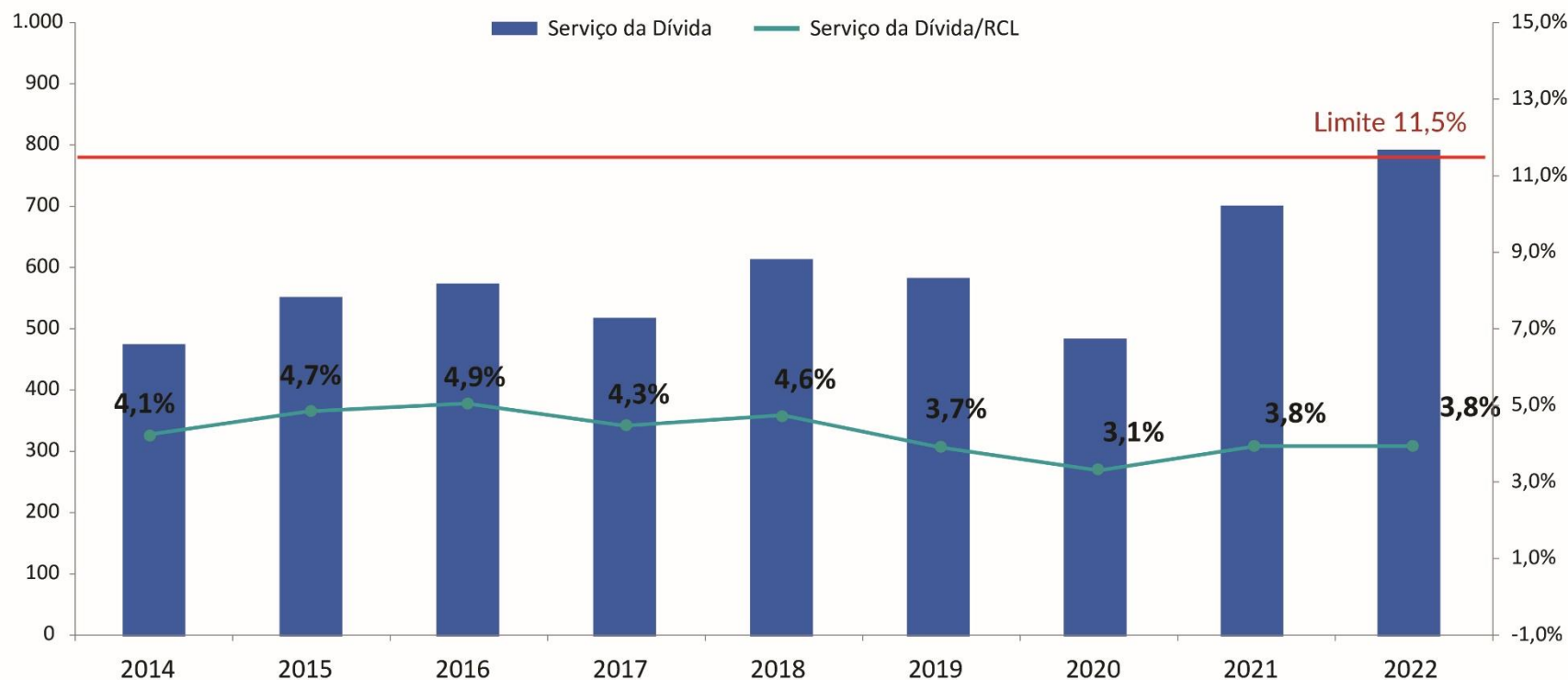
Fonte: SEFAZ

A taxa média ponderada dos juros pagos pelo Espírito Santo apresentou um crescimento no ano de 2022 em comparação com 2021.

As maiores contribuições para esta ocorrência foram os aumentos da TJLP e a Taxa Libor, se comparado de dezembro de 2021 a dezembro de 2022 a TJLP teve uma alta de 5,32% para 7,20% aa, já a taxa baseada na Libor (somatório de libor trimestral ou semestral + spread + margem de financiamento) aplicada aos contratos de dívida externa, aumentou de 1,20% na média para 4,24% a.a.



5.4 SERVIÇO DA DÍVIDA: REALIZADO



Em 2022, o comprometimento anual do serviço da dívida em relação a RCL foi de 3,8%, permanecendo abaixo do limite de 11,5%

A Resolução nº 43/2001 do Senado Federal estabelece o limite de 11,5% no comprometimento anual do serviço da Dívida Consolidada sobre a RCL.

6 . RESULTADOS FISCAIS

EXECUÇÃO DO TESOIRO	2021	2022	Variação Nominal (%)	R\$ Mil
				Variação 2022/2021
Receita de Caixa do Tesouro	16.880.569	19.274.376	14,2	2.393.807
Duodécimos aos Poderes	2.031.703	2.148.547	5,8	116.844
Despesa Liquidada do Executivo - Rec. de Caixa	13.845.779	17.149.411	23,9	3.303.632
Pessoal	6.349.200	7.200.047	13,4	850.847
Custeio	4.130.578	5.050.005	22,3	919.427
Amortizacao e Juros da Dívida	700.522	791.728	13,0	91.207
Financiamento FUNDAP	769.727	840.274	9,2	70.547
Investimento/Inversão Financeira	1.895.753	3.267.356	72,4	1.371.603
Resultado do Tesouro	1.003.086	-23.583		-1.026.669

Fonte: SEFAZ

ESPECIFICAÇÃO	2021	2022	Varição Nominal (%)	Varição 2022/2021
RECEITA TOTAL	20.065.041	24.021.865	19,7	3.956.824
Receitas de impostos e taxas	17.836.644	19.707.769	10,5	1.871.125
ICMS	15.149.757	16.651.164	9,9	1.501.407
IPVA	630.318	927.955	47,2	297.636
IRRF	870.462	1.081.389	24,2	210.927
ITCMD	111.407	136.113	22,2	24.706
Outras	1.074.700	911.149	-15,2	-163.551
Receitas de Transferências	7.328.518	7.670.909	4,7	342.392
Royalties e Participações Especiais	2.005.694	1.837.879	-8,4	-167.814
FPE	1.977.739	2.671.708	35,1	693.970
Educação - FNDE e FUNDEB	1.469.604	1.735.527	18,1	265.924
Saúde - SUS	963.089	805.350	-16,4	-157.739
Cota-parte do IPI	307.977	166.042	-46,1	-141.935
FEX e Lei Kandir	200.090	89.230	-55,4	-110.860
Outras transferências	150.623	117.972	-21,7	-32.650
Acordo Parque das Baleias - Lei nº 10.979/19	253.703	247.201	-2,6	-6.503
Outras Receitas (voluntárias e outras)	918.574	2.389.791	160,2	1.471.217
Receitas de Operações de Crédito	235.241	515.356	119,1	280.115
Receitas Transferidas	-7.195.295	-7.944.628	10,4	-749.334
Receitas do Instituto de Previdência	941.359	1.682.668	78,7	741.309

Fonte: SEFAZ

A Receita Total realizada em 2022 apresentou um aumento de 19,7% em relação a 2021.

A Despesa do Poder Executivo apresentou aumento de 23% até o 3º quadrimestre de 2022, comparada ao mesmo exercício do período anterior.

DESPESA TOTAL EMPENHADA - PODER EXECUTIVO - TODAS AS FONTES R\$ mil

EXECUÇÃO DO TESOIRO	2021	2022	Varição Nominal (%)	Varição 2022/2021
Pessoal	16.833.653	20.700.514	23,0	1.123,838
Outras despesas correntes	7.352.592	8.596.274	16,9	568,071
Financiamento fundap	5.459.936	6.028.008	10,4	70,547
Amortização e juros da dívida	224.145	303.710	35,5	46,410
Pagamento do pasesp	706.324	752.734	6,6	119,844
Investimento/inversão financeira	769.727	840.274	9,2	79,566
Total	2.320.930	4.179.514	80,1	3.866,860

Fonte: SEFAZ



Foto: Acervo SETUR

7. LIMITES LEGAIS: PESSOAL E APLICAÇÕES MÍNIMAS

Limites de Gasto com Pessoal e Encargos do Poder Executivo

Últimos 12 meses	"RCL Ajustada (R\$ Mil)"	"Despesa de Pessoal (R\$ Mil)"	"Despesa de Pessoal/RCL %"
LRF	21.193.712	7.943.797	37,48%
Limite Máximo da RCL %		49,0	
Limite Prudencial da RCL %		46,5	
Limite de Alerta %		44,1	

Fonte: SEFAZ

Aplicação Mínima em Saúde e Educação

Período	2021	2022
Aplicação em Saúde (Mínimo 12%)	14,51	15,66
Aplicação em Educação (Mínimo 25%)	25,85	25,76

Fonte: SEFAZ

8. FUNDO SOBERANO

Criado pela Lei Complementar nº 914/2019, o Fundo Soberano (FUNSES) possui como finalidade promover o desenvolvimento econômico sustentável do Estado, por meio de uma política de investimentos estratégico, e gerar mecanismos de poupança, com a finalidade intergeracional.

O FUNSES finalizou 2022 com o saldo de **R\$ 1,1 bilhão.**



9. CARTEIRA DE PPP'S E FUNDO GARANTIDOR

A atual carteira de projetos do Estado conta com propostas de implementação de parcerias com o setor privado nas áreas de Segurança Pública, Turismo, Desenvolvimento Regional, Saneamento e Segurança Ambiental. Os projetos estão dimensionados geograficamente em todos os municípios que compõem o Estado do Espírito Santo.

O Estado do Espírito Santo regulamentou o Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas (FGP- ES), com aporte inicial de R\$ 20 milhões.

O FGP-ES será administrado e gerido pelo Banco de Desenvolvimento do Estado do Espírito Santo - BANDES. Entre as fontes que poderão integralizar o FGP-ES estão previstos os recursos do Tesouro Estadual, os recursos de operações de crédito internas e externas e os recursos de royalties, Participações Especiais e demais receitas oriundas da exploração de petróleo e gás natural, entre outras.

Resultado do Tesouro Estadual

Em 2022 há 4 PPP's contratadas: Esgotamento Sanitário de Cariacica, Vila Velha, Serra e Faça Fácil Cidadão, com Capex de R\$ 778 milhões, R\$ 716 milhões, R\$ 562 milhões e 91 milhões, respectivamente.

Projetos	Modelo	CAPEX (R\$ milhões)	Status
Miniusinas Solares	PPP adm.	320	em modelagem
Aguas de Reuso	Subconcessão	130	pré- lançamento do edital
Área Multiuso de Carapina	Concessão de Uso	25	em análise do TCE-ES
Logística Hospitalar	PPP adm.	em definição	em modelagem
Loterias ES	Concessão	em definição	em modelagem

Fonte: SEFAZ

Projetos Contratados	Modelo	CAPEX (R\$ milhões)
Esgotamento Sanitário – Cariacica	PPP adm.	778
Esgotamento Sanitário – Vila Velha	PPP adm.	716
Esgotamento Sanitário – Serra	PPP adm.	562
Faça Fácil Cidadão	PPP adm.	91

Fonte: SEFAZ

Para maiores informações acesse o site:
<https://parcerias.es.gov.br/>

10 . EMPRESAS ESTATAIS : BANESTES

A sociedade de economia mista é pessoa jurídica de direito privado, constituída por capital público e privado, por isso ser denominada como mista. A parte do capital público deve ser maior, pois a maioria das ações devem estar sob o controle do Poder Público.

Dividendos Pagos ao Tesouro Estadual

R\$ milhão

BANESTES	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
	55,5	57,2	71,8	87,8	68,5	100	164,9

Fonte: SEFAZ

Em 2022, o Tesouro Estadual recebeu R\$ 164,9 milhões de dividendos do Banestes.

Anexo 1 - demonstrativo da dívida consolidada contratual interna e externa

DENOMINAÇÃO DA OPERAÇÃO	ADM DIRETA OU INDIRETA	VIGÊNCIA DO CONTRATO		SISTEMA DE AMORTIZAÇÃO	VALOR CONTRATADO	SALDO DEVEDOR (POSIÇÃO EM 31.12.19) - R\$	SALDO DEVEDOR (POSIÇÃO EM 31.12.2020) - R\$	SALDO DEVEDOR (POSIÇÃO EM 31.12.2021) - R\$	SALDO DEVEDOR (POSIÇÃO EM 31.12.2022) - R\$	SALDO A LIBERAR (POSIÇÃO EM 31.12.2022) R\$ (4)	CORREÇÃO DO SALDO ÍNDICE DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA
		INÍCIO	TÉRMINO								
	D										
Lei n.º 9.496/97 Aditivos 4º e 6º/2017, ao amparo da LC 148/14 e 156/16.	D	31/03/1998	30/03/2048	PRICE	1.825.070.588,33	1.423.821.990	1.455.155.977	1.419.377.313	1.487.420.619,86		CAM
LEI 8727/93 - COHAB ES					<u>39.110.410,07</u>	<u>28.161.782</u>	<u>20.600.369</u>	<u>12.500.241</u>	<u>3.867.732</u>		
0514449-95	D	01/06/2018	01/05/2023	PRICE	28.487.083,24	20.603.764	15.114.942				T.R
0514453-67	D	01/06/2018	01/05/2023	PRICE	10.623.326,83	7.558.018	5.485.427				T.R
COHAB - DIV. VINCENDA/CEF	D	24/08/2018	01/08/2033	PRICE	878.847.356,64	816.301.313	767.503.112	717.515.290	676.469.442		T.R
						2.268.285.084	2.243.259.458	2.149.392.845	2.167.757.793	0	
ISMAP - Campo Grande	D	31/07/2013	01/09/2035	PRICE	69.255.000,00	2.903.307	2.807.262	2.407.906	2.349.309		TR
ISMAP - Canal da Costa	D	31/07/2013	01/09/2035	PRICE	68.685.000,00	587.126	567.703	547.338	534.018		TR
ISMAP - Canal Guaranhuns	D	31/07/2013	01/09/2035	PRICE	68.685.000,00	916.062	885.757	853.982	833.200		T.R
FINISA - Resolução CMN 4109/12 Refinanciamento cf. art.2º LC 156/2016.	D	15/01/2018	15/11/2042	SAC	415.559.740,08	355.916.384	366.607.818	366.607.818	353.458.042		Δ URTJLP
BRT- GRANDE VITÓRIA	D	14/05/2012	15/05/2032	SAC	530.400.000,00	56.085.532	75.020.546	141.804.244	237.753.915	262.464.259	Δ URTJLP e SELIC
Segurança Pública	D	29/07/2021	15/08/2041	SAC	142.665.350,00	0,00	0,00	0,00	82.559.720	57.476.796	TLP
PROP AE	D	07/12/2012	15/12/2034	SAC	3.000.000.000,00	2.644.068.551	2.812.245.648	2.688.869.495	2.548.543.193	168.463.473	Δ URTJLP
						3.060.476.962	3.258.134.736	3.201.090.784	3.226.031.397	488.404.528	
Projeto Estado Presente	D	28/12/2017	15/11/2041	SAC	185.214.400,00	43.849.143	56.533.813	60.709.093	121.943.801	170.247.399	DÓLAR
PRES II - Programa Rodoviário do ES II	D	28/03/2006	20/01/2026	SAC	163.390.500,00	128.377.795	140.051.065	123.050.025	89.483.555		DÓLAR
PRES III- Programa Rodoviário do ES III	D	21/11/2011	15/12/2036	SAC	324.625.000,00	587.415.549	712.793.401	717.596.667	626.214.591		DÓLAR
PROFISCO II	D	28/12/2021	15/12/2046	SAC	0,00	0	0	0	26.088.500	171.140.560	DÓLAR
EFICIÊNCIA LOGÍSTICA	D	21/12/2021	15/10/2044	SAC	0,00	0	0	0	9.927.154	1.121.270.206	DÓLAR
PROFAZ	D	05/11/2010	15/04/2030	SAC	36.931.165,60	49.367.859	57.862.711	55.922.523	46.477.229		DÓLAR

Anexo 1 - demonstrativo da dívida consolidada contratual interna e externa

Projeto Águas Limpas	D	10/11/2004	15/05/2021	SAC	101.523.600,00	18.036.577	7.651.622	0	0		DÓLAR
Projeto Águas Limpas - 2ª ETAPA	D	17/09/2009	15/09/2038	SAC	129.314.900,00	202.889.315	247.833.221	251.373.623	221.227.871		DÓLAR
Projeto Gestão Integrada de Águas e da Paisagem	D	28/09/2015	15/08/2038	CUSTOMIZADO	902.092.500,00	136.056.033	208.139.883	322.616.120	498.850.506	406.571.530	DÓLAR
						1.165.992.271	1.430.865.718	1.531.268.051	1.640.213.206	1.869.229.695	
PASEP / GEES	D	20/07/2013	20/05/2032	SAC	423.549.745,60	279.586.814	256.997.494	234.408.174	211.818.854	0	
						349.422.402	322.248.447	295.684.667	211.818.854	0	
						6.844.176.720	7.254.508.358	7.177.436.346	7.245.821.252	2.357.634.224	

NOTAS EXPLICATIVAS:

1. O parcelamento do PASEP não possui atualização monetária.
2. ISMAP = Implantação do Sistema de Manejo de Águas Pluviais.
3. Os valores a liberar em moedas estrangeiras foram convertidos à taxa ptax do ultimo dia útil do mês de Dezembro 2022.
4. Dólar utilizado para o saldo a liberar **PTAX 31.12.2022 5,2177**



**Tesouro
Estadual ES**

**GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO**
Secretaria da Fazenda

